

MANDONISMO E CONTEXTOS HISTÓRICOS

Isnara Pereira Ivo (UESB)

Resumo: A comunicação apresenta análise dos principais estudos sobre o coronelismo mostrando como os historiadores têm definido a incursão do poder privado nas instituições públicas. Também discute as interpretações desse fenômeno no interior da Bahia, especificamente, as pesquisas sobre a Região Cacaueira, a Chapada Diamantina, o Baixo-Médio São Francisco e o Planalto de Conquista.

Mandonismo, coronelismo, privatismo, familismo, clientelismo e muitos outros conceitos são utilizados para designar a interferência do poder privado no domínio público. Muitas vezes utilizados como sinônimos das manifestações do poder privado no Brasil, tais conceitos são constantemente revisitados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, que reiteram a atualidade do tema e a necessidade de analisar as especificidades regionais não só no sentido de recuperar as histórias locais, mas também de exercer um “continuar” da história, algumas vezes, esquecida nas grandes sínteses.

Esses conceitos, referentes a um mesmo fenômeno, têm levado alguns estudiosos a uma visão bipolarizada da estrutura política e administrativa do Brasil. De um lado, estão os autores que atribuem grande importância ao poder local como micro-esfera da estrutura político-administrativa do Estado; de outro, tem-se uma abordagem clássica do poder central visto em seu caráter progressivamente forte e centralizador. No primeiro grupo, inserem-se os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Victor Nunes Leal (1975); no segundo, o clássico estudo de Raimundo Faoro (1996).

Essas teses “centralistas” e “localistas” demonstram um paradoxo apenas aparente. O fortalecimento do poder local e o progressivo processo de centralização do Estado não são incompatíveis; na realidade, são complementares, uma vez que a formação do Estado e, principalmente, a crescente centralização política e administrativa tiveram nos chefes políticos locais sua base de apoio, os quais, em troca, retribuía o paternalismo do poder central.

Outros estudos sobre o mandonismo ou coronelismo desenvolvem abordagens locais em nível das realidades estaduais sem, contudo, fugir das análises generalizantes. Alguns deles constroem seus próprios referenciais teóricos para a abordagem do tema, a exemplo de Bursztyń (1985) ao analisar planejamento e clientelismo no Nordeste e Eul Soo-Pang (1979), em seu estudo sobre o coronelismo e as oligarquias baianas. No entanto, para esse momento, serão privilegiados os trabalhos referentes ao interior do Estado da Bahia, no sentido de diferenciar as manifestações de mandonismo demonstrando as especificidades dos contextos históricos em que estão inseridos.

Um estudo sobre a região cacaueira ao sul do Estado, foi desenvolvido por Gustavo Falcón (1995), jovem marxista, como se autodenomina. Sua análise marxista percebe o coronel como

agente do avanço do capitalismo na região e membro de uma “burguesia cacauzeira” de produtores e exportadores. A propriedade fundiária, produtora de cacau, aliada ao capital, foi, na região, a condição básica de exercício do mando coronelista que, apesar dessas especificidades regionais, guardou semelhança com o mandonismo local prevalecente na República velha em todo o país. Por não possuírem prestígio junto ao Estado, os chefes locais da região cacauzeira adotaram uma postura mais legalista. A utilização de bacharéis em direito pelos proprietários rurais, em Ilhéus, teve um aspecto bastante relevante: *detendo o poder de fato, os coronéis buscavam de toda maneira amparar-se na forma da lei, orientando seus aliados bacharéis para ‘serviços’ de toda ordem no sentido de se beneficiarem das contingências e desamparo dos pequenos lavradores* (1995, p.94). Informa o autor que, no período, o número de advogados na região superou até mesmo o de médicos.

A questão central desenvolvida pelo autor refere-se ao fato de a burguesia cacauzeira de Ilhéus, apesar de ser a classe mais rica do Estado, não conseguir impor-se politicamente como liderança em nível regional. Conclui que, diferentemente da região da Chapada Diamantina e do São Francisco, a zona cacauzeira não conseguiu, também, produzir formas de mando personificadas num único coronel. O dinamismo econômico da região e os conseqüentes conflitos abertos pela posse da terra permitiram uma sucessão de chefes regionais no poder, não tendo a região produzido nomes que se destacassem na história política do Estado, tais como Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque.

Ocorre, no entanto, que o autor utiliza o conceito de mandonismo e coronelismo como similares. Elegendo a Primeira República como corte temporal, afirma que o *mandonismo atingiu seu apogeu durante a República Velha* (1995, p.13) e, mais adiante, afirma que esse momento se constitui num *período épico do coronelismo* (1995, p.14). Mesmo chamando a atenção para as especificidades regionais do seu “estudo de caso”, não diferencia os conceitos que têm levado os historiadores a incorrer no erro de adaptações de conceitos a realidades históricas locais e bastantes diversificadas, como é o caso do próprio mandonismo na região cacauzeira por ele estudado.

Entre os demais trabalhos sobre o mandonismo no interior do Estado da Bahia, estão três dissertações do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia: a de Dora Leal Rosa, intitulado *O mandonismo local na Chapada Diamantina* (1973, p.93), a de Maria Alba Guedes Machado Mello, *História Política do Baixo-Médio São Francisco: um estudo de caso do coronelismo* (1989, p.139) e a de Isnara Pereira Ivo, *A Tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poderlo local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)* (1998, p.225). Acrescente-se a esses estudos a contribuição do jornalista Walfrido Moraes com o seu *Jagunços e heróis* (1973), brilhante análise sobre a família e a liderança de Horácio de Matos na região das Lavras Diamantinas.

Na Chapada Diamantina, o mandonismo local foi estudado por Leal Rosa, a partir da análise da combinação dos seguintes fatores: família extensa do tipo patriarcal, grande propriedade e isolamento. O estudo teve como objeto a análise da trajetória política do coronel Horácio de Matos e dos membros do seu grupo familiar, senhores proprietários de terras e de garimpos na Chapada durante o período de 1912 a 1930. A autora, a partir do conceito de coronelismo de Victor Nunes Leal, analisou os mecanismos de posse da terra; as famílias, com seus líderes, os coronéis; as relações estabelecidas internamente nos grupos de parentela e dessa com a ordem pública, e conseqüentemente, as disputas pelo controle do poder na região.

Analisando as relações entre o coronel e a ordem pública, demonstra como o sistema coronelista configura-se numa via de mão dupla. Em alguns momentos, os chefes locais, controlados pelo governo federal, são submetidos e condicionados aos interesses políticos regionais; em outros momentos, é o governo federal que se submete ao poder local, sendo obrigado a parlamentar com os chefes locais no sentido mesmo de garantir sua autoridade diante da força armada dos mandões locais.

A campanha pela sucessão do governador Antônio Muniz Ferrão de Aragão (1916-1920), caminhava para que o seu antecessor, José Joaquim Seabra (1912-1916), voltasse ao governo. Horácio de Matos, conseguindo o apoio dos coronéis locais da região das Lavras, decidiu pelo apoio ao grupo político de oposição liderado por Rui Barbosa, no qual figuravam os mais ilustres políticos do Estado. Com a realização do pleito, tanto a oposição como o governo diziam-se vitoriosos. A oposição, que tinha como candidato Paulo Martins Fontes, denominou o pleito de “Orgia de Fraude e Sangue” (MORAES, 1973, p.82).

A partir desse momento, Horácio de Matos liderou a Revolução Sertaneja, sitiando e invadindo as cidades da região rumo à capital do Estado, do que resultou a ação intervencionista do governo federal em 23 de fevereiro de 1920, e com o envio de tropas do exército ao Estado.

Ocorre que o governo federal, através da intervenção no Estado, não conseguiu alcançar seus objetivos iniciais que eram os de restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas no Estado. Admitindo sua própria falta de autoridade diante dos coronéis da Chapada Diamantina, sob a liderança de Horácio de Matos, o governo assumiu uma proposta de armistício com os chefes locais, assinando dessa forma, também, a sua capitulação diante das forças coronelísticas locais. O tratado de paz entre o governo e os coronéis da região foi denominado “Convênio de Lençóis”, acordo no qual ficou reconhecido e garantido o domínio político de Horácio de Matos na região.

Machado Mello (1989) estudou o coronelismo durante as quatro primeiras décadas da República, na região baiana do Baixo-Médio São Francisco, e limitou sua pesquisa aos Municípios de *Pilão Arcado*, *Sento Sé*, *Remanso* e *Casa Nova*. Pelo fato de a riqueza da região ser oriunda da criação de gado e do comércio exportador, e não da propriedade da terra, sustentáculo tido como

próprio do coronelismo, a autora procurou identificar os instrumentos utilizados pelos coronéis para se consolidarem no poder.

No que se refere ao exercício de mando do coronelismo, a autora comprovou que em cada região ele assumiu formas diversificadas. Franklin Lins de Albuquerque em *Pilão Arcado* extrapolou os limites territoriais do Município, chegando mesmo a exercer certo mandonismo em Salvador. Soube, inclusive, beneficiar-se de circunstâncias históricas para ampliar e divulgar seu poder no Estado; foi agente histórico na repressão à coluna Prestes. A revolução de 30 foi recebida com resistência por Franklin e Horário de Matos, que logo atenderam ao pedido de Washington Luiz e esboçaram uma certa mobilização contra os tenentes (1989, p.91).

Em *Remanso*, a dominação pessoal de Anfilófilo Castelo Branco foi diluída entre os membros da família e seus aliados, após a sua morte. Teve a sua base de sustentação *calcada no seu exército particular (...)* por ser chefe político de uma cidade-porto, suas articulações - políticas e comerciais - eram mais abrangentes tanto com outras oligarquias como nas instâncias administrativas do poder (1989, p.86).

Em *Sento Sé*, ocorreu um tipo de dominação que não extrapolou os limites do Município. Os coronéis sustentaram-se no poder baseados na utilização de instrumentos tradicionais do coronelismo, como a coesão de família, manutenção de clientela, controle sobre cargos públicos e, principalmente, o uso da violência: *Tonhá desenvolveu portanto a sua coerção social mas com base nas relações patriarcais, no 'tête-a-tête' com seus agregados, deixando o uso das armas para situações exteriores* (1989, p.87).

Em *Casa Nova*, reduto dos tradicionais Vianas baianos, as possibilidades de mando deram-se em virtude de um poder mais verticalizado com as instâncias administrativas do Estado, portanto um tipo de poder mais estável que os demais. Utilizavam instrumentos de mando bastante diversificados: *usavam a força policial local e se abstinham de manter jagunços (...); preferiam fazer as negociações de posse/uso da terra via cartório (...)* eram fazendeiros, grandes comerciantes, políticos e até mesmos sacerdotes (1989: p.88).

Os trabalhos acadêmicos sobre o mandonismo no interior do Estado da Bahia, como foi visto, tratam a República como momento privilegiado para o estudo do mandonismo local e das famílias que, com seus coronéis, comandaram a política de potentados com todas as suas nuances. O que chama mais a atenção nesses trabalhos é o fato de identificarem o mandonismo e o coronelismo como manifestações idênticas e próprias do período republicano. Mesmo com o acompanhamento da trajetória política das famílias locais, esses trabalhos não remontam ao Império e muito menos percebem, nas medidas centralizadoras do Estado Imperial, o grande fator gerador do amesquinamento do poder local.

O ponto mais importante desses estudos é o de permitir verificar que o mandonismo local no Estado da Bahia não foi uniforme, mas teve especificidades regionais que influenciaram e definiram a forma de mando local, seja na Região Cacaueira, na Chapada Diamantina ou no Vale do São Francisco, regiões selecionadas para a comparação com o mandonismo da Imperial Vila da Vitória (atual município de Vitória da Conquista), região Centro-Sul do Estado.

Por outro lado, esses estudos provam que o coronelismo, como modelo explicativo da manifestação política do mundo privado, não contempla as especificidades dos “estudos de caso” em nível regional. Partindo-se, seja das teses “localistas”, seja das abordagens “centralistas”, há dificuldades em se articular os elementos políticos e econômicos com os elementos propostos por essas duas abordagens.

A idéia de isolamento e de atraso como determinante das manifestações coronelistas não foi comprovada no “estudo de caso” do Vale do São Francisco. Lá, os coronéis, por terem uma base econômica ribeirinha e comercial, assumiram um perfil específico que diferenciou os seus mecanismos tradicionais de mando: desenvolveram um sistema de exclusividade na exportação, que submetia a todos os pequenos comerciantes; mantinham na capital casa de estudantes para formação de futuros quadros políticos destinados ao parlamento e abstinham-se de manter jagunços, como os Vianas, que preferiam usar da força policial.

A análise das práticas políticas na Imperial Vila da Vitória (IVO,1998), localizada no Planalto da Conquista, mostra que as lutas de família ali existentes são consequência não só do controle privado das instâncias públicas, mas também resultantes do processo centralizador da organização política e administrativa do Estado.

Partindo da análise de um “estudo de caso” de lutas de família denominado A Tragédia do Tamanduá, a autora analisa o processo de centralização político-administrativa implementado pelo Estado Imperial demonstrando como essas medidas centralizadoras favoreceram a apropriação das instâncias de caráter público pelo poder privado. Por outro lado, demonstra que apesar das restrições da centralização administrativa, os chefes locais pensaram e elaboraram formas de organização e disciplinarização da cidade: *suas atitudes podem ser justificadas pelos atributos assumidos de patrocinadores de coisas e causas, uma vez que o seu prestígio junto à cidade e à população media-se pela capacidade de conceder benefícios e favores* (1998, p.183).

Conclui a autora que se em questões políticas assumiam práticas tradicionais e conservadoras, em postos da administração pública, eram os responsáveis pela estruturação física do Município, pela conservação dos logradouros públicos, pela abertura de estradas e caminhos que permitiam o acesso às regiões economicamente importantes para a cidade.

Na Imperial Vila da Vitória, o mandonismo adquiriu características próprias, diferenciando-se dos demais no interior do Estado. Os chefes locais estavam mais preocupados com as questões

intestinas do Município e, durante todo o século XIX, demonstraram não privilegiar as questões políticas regionais, tanto que durante esse período, a Vila não produziu nenhum líder cuja atividade política extrapolasse as fronteiras do Município. As disputas pelo controle dos postos de mando locais e a violência para com os adversários políticos foram os elementos privilegiados pelos chefes locais.

O acompanhamento das diversidades políticas locais pede uma reinterpretação das sínteses que analisam o coronelismo, muitas vezes visto como sinônimo do mandonismo. A proposição de o coronelismo ser resultante da decadente força política dos proprietários rurais também vai de encontro com a realidade vivida pelos coronéis, não só do Vale do São Francisco, mas também da Chapada Diamantina. Horácio de Matos, na Chapada Diamantina, e Franklin Lins de Albuquerque no Vale do São Francisco, em determinados momentos históricos, como a Revolução de 30 e a Coluna Prestes, provaram ao poder público a necessidade de serem consultados e, conseqüentemente, de interferirem em questões que *a priori* seriam próprias do Estado, como poder público organizado.

Em outros momentos, porém, ocorreu a capitulação não só do governo estadual, mas também federal diante do poder político armado dos coronéis. O exemplo mais cabal foi a Revolução Sertaneja liderada por Horácio de Matos.

A idéia de que os mandões locais são portadores e detentores do atraso - também não corresponde à realidade da Imperial Vila da Vitória. Os chefes locais, como administradores, desenvolveram políticas públicas com alto grau de modernização. Buscaram ordenar o espaço público do Município, visando à modernização e à estruturação física da localidade. Preocupavam-se em interligar o Município a outras cidades do Estado e abriam novos caminhos de ligação com o norte de Minas Gerais. Da mesma forma, desenvolviam políticas que visavam à melhoria das vias de acesso a outras regiões do Estado.

O coronelismo, tal como conceituado por Nunes Leal, resultante do enfraquecimento econômico dos proprietários de terras, não pode ser adaptado a realidades locais, mesmo para o primeiro período republicano. Como foi visto nos “estudos de caso” da Região Cacaueira, do Vale do São Francisco, da Chapada Diamantina e mesmo do Planalto da Conquista, a atuação política e social desses coronéis em muito se distanciou da característica que fundamenta o compromisso coronelista de Leal, ou seja, a *decadente influência social dos chefes locais* (1975, p.20).

O mandonismo, inerente ao comportamento político das elites locais, apenas assumiu formas diferentes em determinados momentos históricos. O que é mais importante nesse processo é a compreensão da organização social e política do Estado que se estruturou, permitindo que o poder público fosse apropriado por grupos privados que se utilizaram dele para efetuar os mais variados tipos de desmando e violência em geral. Fosse apropriando-se das instâncias da justiça, fosse por

meio do controle do legislativo e executivo locais, o poder local sempre recebeu respaldo das autoridades políticas em nível regional e em nível federal, uma vez que aos mandões locais estava subordinada social e politicamente a população local.

A relação de compromisso recíproco entre os coronéis e o governo, nos primeiros anos republicanos, não existiu em função do poder privado decadente, mas do reconhecimento de que os chefes locais, atuantes politicamente durante todo o Império, ainda eram atores ativos na vida política e pública. O coronelismo nada mais foi do que uma fase do antigo mandonismo, agora adaptado às necessidades de aliança e de compromisso entre o poder público e o poder privado, possibilidade indefinida no Império. Mandonismo e cultura política baseada na violência misturaram-se no exercício político discricionário das elites locais.

Referências Bibliográficas:

- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.177p.
- FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá/Centro Editorial e didático da UFBA, 1995. 149p.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo, 1996. 750p. 2v.
- IVO, I. P. **A Tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)**. 1998. Belo Horizonte, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG.225p.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. 276p.
- MELLO, M. A. G. **História política do baixo médio São Francisco**. Salvador, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 139p.
- MORAES, W. **Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia**. 2. ed. Salvador: Edições GRD, 1973. 216p.
- PANG, E-S. **Coronelismo e oligarquias. 1889-1934**. A Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 269p.
- QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.
- ROSA, D. L. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Salvador, 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 93p.